

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA FRONTEIRA DAS DIVERSAS ÁREAS DA ECONOMIA

LUCCA SIMEONI PAVAN
(ORGANIZADOR)



O CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA FRONTEIRA DAS DIVERSAS ÁREAS DA ECONOMIA

LUCCA SIMEONI PAVAN
(ORGANIZADOR)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C749	<p>O conhecimento científico na fronteira das diversas áreas da economia [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-021-6 DOI 10.22533/at.ed.216202404</p> <p>1. Economia – Pesquisa – Brasil. I. Pavan, Lucca Simeoni. CDD 330</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em todos os momentos da nossa história, a produção, absorção e compartilhamento do conhecimento foram seu principal fator de desenvolvimento econômico e social. Este novo livro intitulado “O Conhecimento Científico na Fronteira das Diversas Áreas da Economia” contribui para este processo divulgando diversos estudos realizados por pesquisadores de todo o Brasil.

A diversidade regional e de assuntos sempre foi um fato digno de destaque dos livros de divulgação científica da Atena Editora e esta edição não falhou à essa regra. Nesta coletânea apresentam-se trabalhos das mais respeitadas instituições de ensino, localizadas de norte a sul do país.

Os temas tratados aqui são dos mais diversos e qualificados. Aqui se encontram artigos de história do pensamento econômico e de economia institucional, modelos quantitativos aplicados ao agronegócio e à economia do crime. Também podemos ver preocupações muito adequadas aos dias de hoje, como a posição no mercado de trabalho dos mais idosos, o uso consciente da água na produção agrícola e o manejo adequado da pesca e seus impactos ao meio ambiente.

Enfim, parabênzo o trabalho de qualidade que vem sendo feito pela Atena Editora, contribuindo para divulgação da ciência no Brasil por meio de seus livros eletrônicos.

Lucca Simeoni Pavan

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ECONOMIA POLÍTICA NA ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL	
Sandra Maria Batista da Cruz Antônio Sérgio Carvalho Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2162024041	
CAPÍTULO 2	17
A TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO (TCT): UMA FERRAMENTA PARA A TOMADA DE DECISÃO DOS AGENTES ECONOMICOS	
Epaminondas da Silva Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.2162024042	
CAPÍTULO 3	34
A EMPRESA INDUSTRIAL CONTEMPORÂNEA E OS DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DA FIRMA INOVADORA	
Mabel Diz Marques Raphael de Oliveira Silva Roberto Lúcio Corrêa de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.2162024043	
CAPÍTULO 4	49
DESENVOLVIMENTO MINEIRO E FORMAÇÃO ECONÔMICA DO VALE DO RIO DOCE (1940-1970)	
Camila Amaral Pereira Haruf Salmen Espindola Diego Jeangregório Martins Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.2162024044	
CAPÍTULO 5	69
OCEANOS EM PERIGO: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O IMPACTO DAS EMISSÕES DE CO ₂ NOS OCEANOS DERIVADOS DA PESCA MUNDIAL	
Samantha Silva da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.2162024045	
CAPÍTULO 6	84
ANÁLISE DE COMPETITIVIDADE DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO COMPARADO AO MERCADO EUROPEU NO PERÍODO DE 2004 – 2017	
Educélio Gaspar Lisbôa Érico Gaspar Lisbôa	
DOI 10.22533/at.ed.2162024046	
CAPÍTULO 7	104
GESTÃO DA ÁGUA E A RIZICULTURA NO SUL DE SANTA CATARINA	
Hortência Warnier Bianchin Melissa Watanabe Cristina Keiko Yamaguchi José Carlos Virtuoso	
DOI 10.22533/at.ed.2162024047	

CAPÍTULO 8	121
O PERFIL DO IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM RELAÇÃO À SUA SAÚDE: ANÁLISE DA PNAD DE 2008	
Samantha Silva da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.2162024048	
CAPÍTULO 9	135
INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS E ECONOMIA CRIATIVA: LIMITAÇÕES E PROPOSIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.2162024049	
CAPÍTULO 10	153
RATIONALITY IN ILLEGAL MARKETS: THE EFFECT OF ILLEGAL GOODS DEMAND ON CRIME RATE	
Ingrid Rafaele Rodrigues Leiria	
Tiago Wickstrom Alves	
Alexsandro Mirian Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.21620240410	
CAPÍTULO 11	179
DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL E DA RENTABILIDADE EM EMPRESAS DE TRANSPORTE LISTADAS NA B3	
Maxwell Augusto Meireles Barboza	
DOI 10.22533/at.ed.21620240411	
SOBRE O ORGANIZADOR	208
ÍNDICE REMISSIVO	209

A ECONOMIA POLÍTICA NA ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL

Data de aceite: 13/04/2020

Data de submissão: 18/02/2020

Sandra Maria Batista da Cruz

Pesquisadora assistente no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Especialista em Gestão Pública Municipal e Graduada em Ciências Sociais (Unifesp); Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Belas Artes de SP. Santo André – SP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5916600286815410>

Antônio Sérgio Carvalho Rocha

Docente na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Pós-Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP); Membro associado e pesquisador no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec). São Paulo – SP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8270128889943829>

RESUMO: Desde a década de 1930, o Brasil tem se dividido historicamente entre teorias que sofreriam influência de pensamentos ideológicos opostos. As correntes econômicas que se formariam foram responsáveis por ditar o desenvolvimento nacional ao longo dos anos, confluindo no documento constitucional. Este artigo busca apresentar a dicotomia

presente entre as duas teorias - “nacional-desenvolvimentista” e “dependente-associada”, e como estas perspectivas político-econômicas adentrariam a legislação nacional. O resultado nos mostra um documento não congruente, que permitiu adentrar teorias inaplicáveis quando associadas em um mesmo espaço.

PALAVRAS-CHAVE: nacional-desenvolvimentismo; teoria dependente-associada; Constituição Federal.

THE POLITICAL ECONOMY IN THE CONSTITUTIONAL ECONOMIC ORDER

ABSTRACT: Since the 1930s, Brazil has historically divided itself between theories that would be influenced by opposing ideological thoughts. The economic currents that would form were responsible for dictating national development over the years, converging in the constitutional document. This article seeks to present the dichotomy between the two theories - “national-developmental” and “dependent-associated” -, and how these political-economic perspectives would enter national legislation. The result shows us a non-congruent document, which allowed us to enter inapplicable theories when associated in the same space.

KEYWORDS: national - developmentalism;

1 | INTRODUÇÃO

As divergências históricas entre o que se conhece politicamente por “direita” e “esquerda” no Brasil opôs projetos que alçaram bandeiras diversas em busca pela estruturação de moldes de desenvolvimento do país, em meados do século XX. Nesse âmbito, duas vertentes tomaram forma e conquistaram pensadores e estudiosos, que passaram a traçar linhas opostas em torno do projeto de Estado que se vislumbrava delinear. Mantega (1984) explicita as correntes econômicas advindas nessa divisão político-institucional: de um lado, vislumbra-se um ideário desenvolvimentista, herdeiro do *keynesianismo*, que influenciaria intelectuais em toda América Latina entre os anos 1940 e 1950 em prol do crescimento a partir da industrialização nacional; de outro lado, estaria uma corrente econômica liberal, de extração neoclássica, que insistia na condução do mercado através da livre concorrência.

Nesse âmbito, o ataque à doutrina liberal dominante se concentraria em tentar minorar os princípios do livre mercado e as políticas advindas do cerne do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para isso, o debate em torno da teoria do subdesenvolvimento enfatizava o avanço que poderia ser alcançado a partir de ações de planejamento e protecionismo, modos que permitiriam rápida industrialização e maximização da renda, amparando-se em medidas heterodoxas para explicar o fenômeno inflacionário, iniciando a disputa entre liberalismo econômico e intervenção estatal.

Por outro lado, os ativistas liberais viam o Estado como principal inimigo ao avanço econômico, de modo que o crescimento e o desenvolvimento de um país estariam diretamente atrelados a sua capacidade de instituir laços econômicos e financeiros com parceiros internacionais, tendo o Estado o papel limitado de instituir ações apenas no âmbito em que este se destacasse, no caso do Brasil, podemos citar a política agropecuária, o que o distanciaria de medidas que visassem reconhecimento pela via industrial.

O embate entre essas duas vias – estatal e privatista, que teve início ainda nos anos 1930, ganharia cada vez mais adeptos e se desdobraria ao longo dos anos, alcançando os dias atuais.

2 | O PENSAMENTO CEPALINO

A Comissão Econômica para a *América Latina* e o Caribe (CEPAL) teria um papel fundamental no que se refere à compreensão de intervencionismo estatal,

mas Bielschowsky (1988) em seu livro *Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo* chama atenção para o fato de que no Brasil, a confrontação às teses liberais não teria apenas origem cepalina; tais críticas poderiam também ter outras origens, dada a forma sistemática com a qual Prebisch e a CEPAL apresentaram sua teoria, ainda que esta se estenda além dos termos de intercâmbio e da interpretação estruturalista da inflação.

Os argumentos empregados pela CEPAL por vezes não compactuavam com aqueles utilizados por economistas brasileiros. Bielschowsky (1988, pp. 12-17) mostra isso quando menciona algumas diferenças entre os seguidores das teses cepalinas e as dos demais economistas. Os argumentos contrários à tese cepalina estariam no fato de que a CEPAL não teria considerado os “determinantes endógenos do crescimento”¹, além de negligenciar o embate entre imperialismo e luta de classes no processo de industrialização, não examinando a concentração de capital e distribuição de renda (MANTEGA, 1984, pp. 41-43). Por outro lado, a teoria do subdesenvolvimento, que engloba cepalinos e não-cepalinos, reconhecia os efeitos de algumas políticas sobre o comércio internacional, dentre elas Bielschowsky (1988, p. 14-17) aponta a deterioração dos termos de troca; o desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, resultado não necessariamente da inflação, mas da especificidade dos países subdesenvolvidos que iniciam a industrialização; o desemprego obtido pela baixa demanda por produtos primários; e a vulnerabilidade a ciclos econômicos que atingia os países subdesenvolvidos após a especialização em atividades de exportação.

A CEPAL e os demais economistas brasileiros heterodoxos realizavam uma análise estrutural da economia divergindo em relação à teoria estática de mercado, que, segundo críticas do estruturalismo econômico, não apreenderia a dinamização da alocação constante de recursos que o mercado internacional ansiava. De qualquer modo, a teoria estruturalista por vezes tem sua origem associada a Prebisch, que definiu a divisão entre centro e periferia como partes de uma estrutura econômica internacional integrada, com perspectivas de equilíbrio do sistema econômico, e não apenas como parte de um processo evolutivo que vislumbra independência entre os agentes, como define o monetarismo ortodoxo².

1. A falta de inferência da teoria cepalina aos fatores internos vinculados ao crescimento se examina na obra de Rodriguez (1977, p. 232), que aponta o descuro na observância quanto às alterações na estrutura de produção: “Thus, the theories under review examine from a material standpoint the changes in the structure of production which are taking place in the periphery (conditioned by its trade relations with the centre), during the phase of inward-directed development, but they do not refer to those relations between social groups which are inherent in the evolution and operation of the economic system, and by which, in the last analysis, the impetus to change is given. In this sense, the CEPAL theories alter, but do not transcend, the analytical framework of conventional economics”.

2. Para melhor compreensão quanto ao estruturalismo vide: ARNDT, H. W. *The Origins of Structuralism*. **World Development**, vol. 13, p. 151-159, 1975; BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política (REP)**, v. 30, p. 663-686, 2010; DI FILIPPO, A. *Estructuralismo latinoamericano y teoría económica*. **Revista Cepal**, n. 98, p. 181-202, 2009; FURTADO, C. *Teoría y política del desarrollo económico*. Cidade do México: Siglo XXI, 1974; RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**.

Rodriguez (1977, p. 197), ao examinar minuciosamente a produção escrita da CEPAL, abreviou seu pensamento em quatro áreas: “*theory of the deterioration of the terms of trade; interpretation of the industrialization process; analysis of the structural obstacles to development; and inflation theory*”. Nesses pontos, realizando uma leitura mais acurada de Rodriguez (1977, pp. 214-215), nota-se que na teoria cepalina, as recomendações quanto à industrialização e a orientação quanto à política de planejamento para obter desenvolvimento econômico tratam-se de *idées-force*, *modus-operandi*, portanto, do sistema centro-periferia, vislumbrando no processo industrial a fórmula para reduzir as diferenças entre os níveis de produtividade e salários prevalentes na periferia e nos centros.

Como parte do pensamento cepalino, Raúl Prebisch (1949, pp. 01-87) demonstra em seu artigo *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* como os benefícios do progresso técnico teriam se concentrado apenas nos países centrais, não sendo deslocados para os países periféricos³, estando aí contida a ideia de deterioração dos termos de troca, que contraria frontalmente a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo⁴. O movimento cíclico da economia, descrito por Prebisch (1949, pp. 22-25), consubstanciaria o processo díspar que ocorreria entre demanda e oferta, o qual se resume nas fases de ascendência da demanda, quando esta ultrapassa a oferta, e declínio da demanda, quando a oferta a ultrapassa. Na fase ascendente, o lucro se elevaria com a alta de preços, de modo a corrigir o excesso de demanda, em seguida, na fase descendente, o lucro se reduziria com a baixa dos preços, corrigindo o excesso de oferta. Prebisch demonstra que ao longo dos anos o centro teria acumulado renda em proporções maiores que a periferia. Isso se explicaria pelo fato de que o lucro não se contrai como se dilata, os empresários não se dispõem a reduzir seus lucros, portanto, não reduzem os preços dos produtos. Do mesmo modo, os aumentos salariais obtidos durante a fase ascendente nos centros não sofrem alterações no período de descendência. A contração de renda é então transferida para os países periféricos, que sofrem declínio na demanda por seus produtos e acabam por reduzir os preços, impactando nos lucros dos setores produtivos e nos salários dos trabalhadores em virtude da desorganização da massa trabalhista, como reverbera Prebisch (1949, p. 25):

no. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

3. O conceito de centro-periferia foi cunhado pela CEPAL para especificar o distanciamento entre os países no que se refere ao desenvolvimento econômico, a partir da industrialização e divisão internacional do trabalho.

4. David Ricardo elaborou a teoria das vantagens comparativas em 1817, exposta no livro *The Principles of Political Economy and Taxation*. Essa teoria tenta explicar a alocação eficiente nos países no âmbito comercial internacional, de modo que o país que disponha de determinado produto em abundância e que seja especialista em sua produção possa competir com seus pares, concedendo aos demais o que tiver de melhor e recebendo em troca produtos que não disponha em supremacia. Esse ideário, no entanto, tornaria os países produtores de bens primários fadados à condição não-industrializada, visto que seu desenvolvimento econômico estaria atrelado ao mérito agroexportador.

La mayor capacidad de las masas, en los centros cíclicos, para conseguir aumentos de salarios en la creciente y defender su nivel em la menguante, y la aptitud de esos centros, por el papel que desempeñan en el proceso productivo, para desplazar la presión cíclica hacia la periferia, obligando a comprimir sus ingresos más intensamente que en los centros, explican por qué los ingresos en éstos tienden persistentemente a subir con más fuerza que en los países de la periferia, según se patentiza en la experiencia de América Latina.

Os dados sobre os termos de troca demonstrados por Prebisch indicam que os benefícios do progresso técnico não seriam distribuídos homogeneamente entre os países. Bielschowsky (1988, p. 15) assim resumiu a teoria de Prebisch:

Somente no caso de produtos primários é que a elevação da produtividade resulta principalmente em redução dos preços, beneficiando os consumidores externos. No caso de bens manufaturados, o progresso técnico se traduz principalmente em maiores rendas beneficiando, sobretudo os produtores.

A solução para promover o desenvolvimento, segundo Prebisch (1949), não estaria na realização do comércio exterior por si só, mas em torná-lo parte de um plano de crescimento econômico da América Latina⁵. Esse crescimento, de todo modo, sofreu mudanças ao longo dos anos, o crescimento adotado na América Latina foi intitulado por Prebisch (1949, p. 11) de crescimento *para fora* motivado pelas exportações, após as transformações na economia mundial o crescimento mudou de direção, influenciado pelo advento da industrialização, a economia passa a crescer *para dentro*, o que permitiria maior “difusão do progresso técnico” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 23).

A deterioração dos termos de troca dificultaria o processo de industrialização e ampliaria o desequilíbrio externo, que por sua vez persistia no cenário internacional mediante a inelasticidade de demanda pelas exportações nos países periféricos. Os países periféricos sofreriam com a tendência à inflação, característica estrutural de economias pouco diversificadas, e dependeriam ainda em grande medida de importações de bens de capital e intermediários, indisponíveis internamente, absorvendo a elevação dos preços dos produtos industrializados que, segundo Mantega (1984, p. 36), eram impostos pelos países centrais, enquanto estes importavam produtos primários “*a bon marché*”.

A forma encontrada pela CEPAL e por Prebisch para superar o atraso e tentar equilibrar a balança no que se refere à vulnerabilidade e dependência externa se expressa no ideário desenvolvimentista, mecanismo ideológico que dá forma à engrenagem da industrialização, utilizando para isso o molde intervencionista e o planejamento econômico.

A origem do desenvolvimentismo remonta o período entre 1930 a 1945, tendo

5. É importante lembrar que Prebisch escreve no Brasil no ano de 1949 e que, segundo Rodriguez (1977) o pensamento da CEPAL em fins da década de 1950 (e provavelmente o de Prebisch, como diretor e membro atuante da CEPAL) já acentuaria a necessidade de proteger o mercado interno, substituindo com maior vigor a importação pela industrialização.

como fatores explicativos “a crise econômica internacional, suas repercussões internas e a centralização política nacional posterior à Revolução de 1930” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 92), além disso, seu surgimento não se restringiu à área acadêmica, os “planos de desenvolvimento” contavam com uma análise econômica criteriosa e se constituíram na “espinha dorsal do desenvolvimentismo” (MANTEGA, 1984, p. 23). Para Bielschowsky (1988, p. 07-08), o desenvolvimentismo resumia-se em:

[...] ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através de espontaneidade das forças de mercado, e por isto, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente⁶.

Analisando as peculiaridades do desenvolvimento como ideologia, Bielschowsky (1988, p. 40; 91-93) distinguiu três correntes desenvolvimentistas diversas, sendo que duas delas corresponderiam ao setor público, onde estariam inseridos economistas “*nacionalistas*” e “*não-nacionalistas*”⁷, enquanto uma terceira engloba economistas do setor privado. Ainda que as três correntes sejam consideradas desenvolvimentistas, divergiam quanto às soluções a serem tomadas para controlar a inflação e quanto ao peso intervencionista do Estado na economia.

O incremento do poder do Estado como intervencionista na economia seria para a CEPAL o primeiro passo a ser dado, em busca do aprimoramento desenvolvimentista, de modo a industrializar para superar a pobreza e reduzir as desigualdades que tornavam a economia dos países tão díspares. O planejamento passaria às mãos do Estado e esse se transformaria no “centro racionador da economia” (MANTEGA, 1984, p. 39), intervindo, inclusive, como agente econômico direto, o que contraria a leitura liberal de desenvolvimento e ameaçaria o comércio internacional com os países centrais.

Mantega (1984, p. 40) ao mencionar a recomendação da CEPAL quanto à utilização de “empréstimos de governo a governo”, utilizando a captação de recursos através da implementação de bônus do tesouro nacional no mercado internacional, chegou à conclusão que o desenvolvimento proposto pela CEPAL tinha muito

6. A leitura de *História da Análise Econômica* de Schumpeter (1954) influenciou Bielschowsky (1988, p. 06) com referência à metodologia adotada pelo autor em seu objeto de estudo: a divisão entre ideologia, história e ciência (*history of systems of political economy, history of economic thought, history of economic analysis*). Contrariamente, Bielschowsky empreende uma síntese dessas três grandezas ao realizar a análise do pensamento econômico brasileiro.

7. Bielschowsky (1988, p 40; 91) menciona que utiliza essa classificação por indisponibilidade de um termo melhor, já que os economistas dessa corrente por vezes se mostram favoráveis à adoção de soluções privadas para questões de inversão na indústria e infra-estrutura.

mais caráter nacional do que mesmo nacionalista. A entrada de capital estrangeiro para a implantação do parque industrial, ainda que positiva quanto à contribuição para o desenvolvimento das indústrias de bens de capital e bens de consumo, poderia ser negativa se considerássemos as consequências sociais que esse tipo de investimento poderia acatar, Mantega (1984, p. 41) chama os resultados dessa intervenção de “desilusões do desenvolvimentismo”, apontando uma das contradições que engloba a teoria desenvolvimentista ao repudiar a possibilidade de alcance do bem-estar geral apenas com a promoção econômica capitalista imposta pelo mercado internacional dos países centrais, mas ao deparar-se com o advento da industrialização, a distribuição de riqueza e o favorecimento às classes sociais como um todo parecia inevitável, repetindo assim a tese clássica ou neoclássica de que a difusão do progresso social ocorreria de forma espontânea.

Na leitura de Mantega (1984, p. 42), para a CEPAL os responsáveis pela miséria e pelo atraso nos países periféricos seriam basicamente os latifúndios feudais e arcaicos ou qualquer outra atividade pré-capitalista que pudesse ser associada ao imperialismo comercial. Em suas palavras: “O subdesenvolvimento nada mais é, portanto, do que a ausência de capitalismo e não o seu resultado”. Não há, portanto, superação quanto ao sistema capitalista.

Outro ponto abordado pela teoria do desenvolvimentismo, a inflação, provocou debates entre economistas quanto ao seu aspecto estrutural. A ideia de que o desequilíbrio no balanço de pagamentos poderia impactar na inflação, sendo mesmo uma de suas causas, diverge do pensamento ortodoxo de que a inflação seria resultado do processo monetário, em que se emite moeda para cobrir os déficits públicos, aumentando sua circulação no país, o que necessariamente levaria à elevação de demanda e alta dos preços. A visão contida na perspectiva econômica heterodoxa, ao contrário, nega a relação de causalidade entre inflação e moeda ao identificar a emissão de moeda como consequência da alta dos preços, e não o contrário. Para conter a inflação, segundo a visão ortodoxa, faz-se necessário o corte de gastos públicos, elevação de impostos e aumento da taxa de juros, reduzindo a demanda, enquanto a heterodoxia acredita que a austeridade econômica em relação aos cortes de gastos pode provocar efeitos sociais futuros nefastos, como o desemprego, o que inviabilizaria a afirmação ortodoxa de que haveria neutralidade da moeda.

Prebisch (1961, p. 02-03) aponta que, para os ortodoxos, o desenvolvimento econômico de um país periférico estaria vinculado ao volume de suas exportações. Com o aumento das exportações, o rendimento se elevaria e permitiria que as importações fossem facilmente financiadas, esse quadro tenderia a mudar com a queda das exportações, ocorrendo um desequilíbrio que levaria à contração da atividade econômica, assim, para o regime ortodoxo, o equilíbrio tenderia a ser

restabelecido em um nível de renda mais baixo. A solução para Prebisch estaria em realizar transformações estruturais que permitissem que o ritmo de desenvolvimento excedesse o limite imposto pelas exportações, fazendo com que a atividade econômica funcionasse sem ser afetada pelas flutuações das exportações. A vulnerabilidade das economias periféricas possuía caráter muito mais estrutural do que cíclico; o erro estaria, portanto, em considerar a inflação como um fenômeno puramente monetário, que sacrifica o crescimento econômico para manter a estabilidade da moeda. A insuficiência de poupança, que se agudizava com a queda das exportações (período de contração), também se mostrava problemática: a elevação dessa taxa exigia mudanças na estrutura social, na produção e nas importações, de modo que seu aumento pudesse converter-se em bens de capital.

Assim, o processo inflacionário para Prebisch (1961, p. 02) estaria contido na inflação de gastos e investimentos, causada pela resistência em proceder com as transformações estruturais exigidas para elevação da poupança. A inflação tradicionalmente reconhecida na América Latina basicamente se resumiria na pressão da demanda, o que fazia com que os preços aumentassem e em seguida provocassem a elevação das remunerações para restabelecer a renda real dos trabalhadores, mas à medida que avançava o processo de desenvolvimento, surgiam novos fenômenos inflacionários, como a inflação de custo, que acarretava “*movimientos regresivos*” na distribuição de renda. Dentre os elementos estruturais que fomentavam a elevação de preços, é possível citar o alto custo da substituição de importações pela industrialização (que se tratava de um fator inevitável), o encarecimento dos produtos agrícolas e o aumento de impostos que incidia sobre o consumo popular. Para recuperar a economia, promovia-se o aumento das remunerações, incidindo diretamente sobre os preços: “*Hay inflación porque la economía es estructuralmente vulnerable, porque hay factores regresivos de distribución del ingreso, porque hay insuficiencia de ahorro para acelerar las inversiones, dada una determinada estructura económica y social*” (PREBISCH, 1961, p. 03).

Assim, ganhou destaque na literatura prebischiana a distribuição de renda, que passou a ser considerada uma das condições para o alcance do efetivo desenvolvimento econômico. Crescer para dividir não era mais o lema: o desenvolvimento requeria alterações na forma de produzir, na estrutura econômica e social e na distribuição de renda, de modo que as massas pudessem participar ativamente da capitalização nacional.

2.1 Correntes Econômicas

Observando o pensamento econômico brasileiro estudado por Bielschowsky (1988, p. 39-41) no período entre 1945 e 1964, a partir do conceito de

desenvolvimentismo proposto por ele e da relação deste com as demais estruturas econômicas, é possível identificar uma subdivisão entre as correntes de pensamento econômico intituladas de neoliberal, desenvolvimentista e socialista. A corrente neoliberal contrasta com a corrente desenvolvimentista e tem como pontos fundamentais de defesa a livre movimentação das forças de mercado e o equilíbrio monetário, como fim para maximizar a eficiência dos mecanismos de mercado; enquanto a corrente socialista se mostraria favorável às teses desenvolvimentistas quanto à industrialização e intervenção estatal por acreditar que estas seriam essenciais para o desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, para a transição ao socialismo. O desenvolvimentismo, por sua vez, possuía três subdivisões, duas delas englobando economistas dentro do setor público e a terceira defendendo interesses do setor privado. A vertente do setor público contaria com agentes que demonstravam linha de pensamento em prol do nacionalismo, identificando a solução estatal como melhor meio para que se preservassem setores estratégicos para a industrialização; conta também com economistas “não-nacionalistas” ou que pelo menos não se mostravam totalmente desfavoráveis à participação privada em disputas sobre inversões estatais, além de terem inclinação à estabilização monetária, o que os aproximava dos neoliberais. No setor privado, os desenvolvimentistas denotavam posicionamento antiliberal e favorável ao apoio estatal, ainda que tivessem posições divergentes quanto ao grau de intervenção do Estado e participação do capital estrangeiro na economia.

A teoria econômica liberal teve maior relevância até a década de 1930. Após esse período, especialmente com a crise de 1929, novas propostas teóricas econômicas surgiram em âmbito internacional, como o keynesianismo, que explicavam a crise e logravam caminhos para não repeti-la, na América Latina não foi diferente. A tentativa por rever a teoria liberal e lhe dar novos significados permitiu a construção de um viés mais econômico à teoria, e assim surge o neoliberalismo. Bielschowsky (1988, pp. 43-46), ao teorizar sobre a corrente econômica neoliberal, afirmou que o prefixo “neo” representaria o fato de que os liberais brasileiros passavam a admitir certo nível de intervenção estatal para sanar imperfeições que pudessem solapar o mercado em economias subdesenvolvidas, ainda que defendessem a redução da intervenção estatal na economia. O Estado também deveria exercer algum nível de controle sobre o comércio internacional, ainda que o capital estrangeiro fosse bem vindo. A política monetária ortodoxa e políticas contrárias à industrialização também estavam entre os princípios defendidos por esses economistas, divergindo diretamente com os desenvolvimentistas.

A teoria desenvolvimentista, por sua vez, ainda que apresentasse divisões internas, como apontado anteriormente, expressava pontos em comum: industrialização, intervenção estatal e planejamento da economia, diferenciando-

se basicamente pelo nível de comprometimento do economista com o meio no qual estivesse inserido, ou seja, a defesa ao nível de intervenção estatal, por exemplo, estaria diretamente atrelada ao interesse do setor, público ou privado, do qual este faça parte. Segundo Bielschowsky (1988, p. 91), os economistas desenvolvimentistas possuíam preocupações distintas: “Aqueles que atuavam no setor privado privilegiavam a defesa dos interesses empresariais de uma forma que não ocorreria aos que trabalhavam nos setor público, por força do compromisso que naturalmente assumiam”. Os desenvolvimentistas do setor público, no entanto, aparentavam guiar-se por seguimentos mais ideológicos, como é o caso dos desenvolvimentistas “não-nacionalistas”, que embora atuassem no setor público defendiam soluções privadas, de capital nacional ou estrangeiro, para projetos na indústria e em infraestrutura, admitindo intervenção do Estado apenas em último caso, enquanto os nacionalistas defendiam a estatização de setores estratégicos como a mineração, transportes, energia, serviços públicos e alguns seguimentos da indústria de base. O processo inflacionário também não tinha explicação consensual entre essas correntes: enquanto os desenvolvimentistas no âmbito privado se distanciavam da tese estruturalista ao repudiarem a retração do crédito, os nacionalistas do setor público se ancoravam na teoria estrutural desenvolvimentista em defesa da capitalização do Estado; já os “não-nacionalistas” defendiam a estabilização monetária.

Mantega (1984, p. 25-26) também demonstra a relevância das novas teorias que nascem na década de 1950 e que tentam interpretar e solucionar as contradições do capitalismo, advindo novos precursores na economia política que elaboraram seus estudos a partir das ineficiências do sistema econômico admitido pela teoria neoclássica, como a concorrência perfeita (Piero Sraffa, Joan Robinson e Edward Chamberlin), enquanto alguns economistas elaboravam contornos para o ciclo econômico que neutralizassem os períodos de contração (John M. Keynes, Joseph Schumpeter, Michael Kalecki). Em tais teorias, o Estado ganha novo papel -- não mais apenas como regulador, mas como interventor. Nesse âmbito, Mantega aponta a formação de duas correntes diversas: o liberalismo econômico e o intervencionismo.

No Brasil, os dois maiores teóricos representantes de cada uma dessas correntes econômicas surgem no contexto público na década de 1930: Eugênio Gudin, patrono dos economistas brasileiros, e Roberto Simonsen. Este último, empresário e industrial, defendia o intervencionismo, enquanto Gudin, economista, diretor de empresas estrangeiras de serviços, mostrou-se adepto ao liberalismo. Segundo Loureiro (1997, p. 32) a disputa entre os dois ficaria conhecida mais tarde como “controvérsia sobre o planejamento econômico”, em um debate ainda embrionário, mas que ganharia fervor após as teses cepalinas adentrar o país por

meio de artigos de Celso Furtado e Raúl Prebisch, publicados na *Revista Brasileira de Economia*, na década de 1950. Gudin e Bulhões, participantes do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, também conhecido como “Grupo da FGV”, publicavam artigos que se contrapunham à ideia cepalina, além de convidar economistas neoclássicos para esse fim. Para Loureiro (1997, p. 46), as divergências teriam se intensificado no segundo Governo Vargas:

Celso Furtado decide, segundo seu próprio depoimento, avançar na luta, publicando em 1953, um novo livro – A economia brasileira – onde sistematiza e desenvolve as teses da CEPAL. Decide ainda, logo após seu retorno ao Brasil, associar-se a outros grupos de orientação nacionalista e igualmente opositores da “direita entreguista”, ligados à antiga assessoria econômica de Vargas e ao Iseb.

Para Mantega (1984, p. 26-27), os dois pensamentos díspares no Brasil estavam comprometidos basicamente com seus próprios interesses: o liberalismo ostentava oligarquias agroexportadoras comprometidas com o imperialismo e com a burguesia comercial importadora e exportadora, em defesa do livre intercâmbio de capitais e mercadorias, contrários, portanto, à implementação de ações em outros ramos, não condizentes com a produção primária agroexportadora; e o intervencionismo, que obtinha força com a industrialização nacional e o fortalecimento das bases sociais. A nova corrente intervencionista ganhou forma com a participação de grupos antagônicos como os militares, parte do empresariado industrial, grande parte da classe média e o proletariado.

A proposta advinda pelas mãos de Roberto Simonsen, no entanto, se mostrava conservadora, buscando o caminho da conciliação ao não reduzir o papel do poder agroexportador, que continuaria fornecendo capital para as importações e matérias-primas necessárias para a expansão industrial. Mantega (1984, p. 27) alega que, com essa atitude, o projeto de Simonsen visava apenas dividir o poder com o grupo dominante, e não usurpá-lo. Assim, o momento em que as Forças Armadas, a burguesia industrial e a classe média aderem aos preceitos desenvolvimentistas é nomeado por Mantega (1984, p. 29-30) de “ideologia desenvolvimentista intervencionista”, os quais inicialmente não excluíram os grupos agroexportadores do poder decisório e nem mesmo negavam a colaboração internacional ao desenvolvimento brasileiro.

O governo, desse modo, tentava equilibrar os dois grupos envoltos na divisão de classes, de modo a concentrar capital e seguir com políticas de melhorias sociais simultaneamente. Mas, com o decorrer da década de 1950, os grupos agroexportadores perderam força e o “desenvolvimento capitalista monopolista” (MANTEGA, 1984, p. 31) passa a influir na sociedade. De qualquer modo, as transformações admitidas no período pós 1930, com o advento da industrialização, camuflavam os interesses atrás de sua áurea, revelando que o projeto de

desenvolvimento nacionalista se equiparava com as propostas conservadoras de outrora.

O “Projeto de dominação nacional-desenvolvimentista” (MANTEGA, 1984, p. 33) ganhou fôlego no Brasil com as publicações de economistas brasileiros inspirados nos pensamentos da CEPAL. Dentre eles, é possível citar Celso Furtado, Ignácio Rangel e Hélio Jaguaribe, à frente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Entre os críticos do pensamento cepalino, é possível citar Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Ragnar Nurkse e Gunnar Myrdal. A CEPAL forneceria o “fio da meada” para o entendimento quanto às correntes analíticas políticas do Brasil entre os anos 1950 e 1960, além de influenciar as políticas de governo, como o fez com o Plano de Meta de Juscelino Kubitschek, elaborado a partir de diagnóstico realizado pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos e pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL. Loureiro (1997, p. 48) também observa a existência de divisão interna no país em matéria econômica, que opunha estruturalistas e monetaristas, mas não destituiu este campo das considerações políticas e intelectuais que delimitariam as posições de direita, contando com órgãos como o BNDE, a Sumoc e a FGV; e esquerda, dentre os quais estariam órgãos como a Assessoria Econômica de Vargas, a CEPAL e o Iseb.

Loureiro demonstrou que, ao longo dos anos 1960, o ensino econômico acadêmico no país se desvinculou da economia política, o que fez com que os compromissos nacionalistas cada vez mais fossem abandonados. André Araújo (1998, p. 48-49) enfatizou o viés positivista dessa ciência e o distanciamento dos economistas de um país autônomo, enquanto os estruturalistas sofriam exílios impostos pelo regime militar autoritário, abrindo espaço para os monetaristas no governo e, de certa forma, para o conformismo em relação à subordinação nacional ao capital estrangeiro, o que mais tarde confluiria em políticas econômicas neoliberais. O embate entre estas perspectivas político-econômicas, que aloca em lados opostos “nacional-desenvolvimentistas” e “dependentes associados”, será destrinchado mais à frente. Antes, porém, faz-se necessário conhecer a introdução da economia no âmbito constitucional, o que delineia as relações políticas e jurídicas entre os agentes.

2.2 A economia e a Constituição Federal de 1988

A Ordem Econômica Constitucional emergente no Brasil transformaria o direito, Eros Grau (1990), sensível a essas mudanças, escreve *A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica* e evidencia a acumulação de funções do Estado, sob a alcunha do desenvolvimento, que passaria a agir desempenhando as funções de integração, modernização ou acumulação, legitimação e repressão, viabilizando ações que prometiam promover a modernização do capitalismo.

Mediante tais funções, Grau aponta como a estatização em proporções desmedidas era usada por parte dos capitalistas que buscavam cristalizar a hegemonia do capital.

A hegemonia do capital permitiu que se formasse a primazia do neoliberalismo, e este, como passou a existir, acabou por confrontar-se com o discurso liberal de liberdade formal ao marginalizar os direitos e garantias individuais, além dos direitos sociais. Assim, Grau aponta a necessidade de que o Estado contenha a força de mercado e proteja o capitalismo contra os próprios capitalistas, já que ao investir contra direitos sociais e econômicos, o neoliberalismo mostra-se autofágico, ferindo diretamente o próprio sistema. Para isso, refez a fórmula de Marx: D-M-D, que simboliza o dinheiro como intermediação para se obter a mercadoria, com a globalização financeira, essa fórmula se tornou: D-D, em uma tentativa por dobrar o dinheiro sobre si mesmo para realizar uma espécie de “reprodução hermafrodita da riqueza abstrata” (GRAU, 1990, pp. 45-47), as forças econômicas que agem internacionalmente na economia globalizada, por vezes, se declinam a atender os interesses do capital, seguindo as leis naturais do mercado, o que impactaria as ordens econômicas e financeiras constitucionais.

O Estado, desempenhando as funções supracitadas, se consolidaria com a institucionalização desses preceitos na Constituição formal. Esse tipo de Constituição assume atribuição programática, definindo direitos ainda não implementados pelo legislador ou pelo Poder Executivo, sem eficácia plena portanto, consubstanciando, segundo Grau (1990, p. 24), “um instrumento retórico de dominação” e se transformando em “mito”, legitimando assim a dominação capitalista através da operacionalidade dada ao sistema por meio da Constituição. As normas programáticas estão diretamente relacionadas ao “mundo do dever ser”, no qual estaria enquadrada a ordem jurídica, e estas se encontram em grande medida incorporadas à nossa Constituição Federal de 1988, ainda que a própria ordem econômica em si corresponda ao “mundo do ser” – mundo concreto, portanto. As conotações desses termos, descritos por Eros Grau, estão contidas no livro *A ordem jurídica do capitalismo*, escrito por Vital Moreira (1974, pp. 67-71), que atribuiu à ordem econômica três sentidos diversos, estando o primeiro relacionado ao modo de ser empírico de uma economia concreta e real, que expressa conceito de fato e relações entre fenômenos econômicos e materiais - não se pautando, portanto, em conceitos de valor que buscam apenas normatizar as relações sociais. Este seria o conceito do “mundo do ser”, pautado em uma relação objetiva, que exprime a realidade da articulação econômica como fato.

Sob esse olhar, a leitura do texto constitucional permite encontrar ambiguidades que por vezes podem confundir o leitor quanto ao seu real significado. Para exemplificar, Grau (1990, p. 56) utiliza o art. 170, da Constituição Federal de 1988

(BRASIL, 1988d): “A ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios”.

Em sua definição, a ordem econômica refere-se ao conjunto de normas utilizado institucionalmente para definir modo de produção econômica, “assim, ordem econômica, parcela da ordem jurídica (mundo do dever ser), não é senão o conjunto de normas que institucionaliza uma determinada ordem econômica (mundo do ser)” (GRAU, 1990, p. 61). As normas institucionalizadoras do modo de produção econômico já existiam antes mesmo das Constituições escritas, indicando assim não se tratarem de inovações desse século.

A Ordem Econômica, em seu sentido de “ordem jurídica da economia”, que adquiriria dimensão jurídica após as Constituições passarem a discipliná-la, como o fez a Constituição do México de 1917 (SILVA, 1999, p. 760) e a Constituição de Weimar de 1919⁸, foi empregada para normatizar as relações econômicas que ocorrem em um Estado, tratando-se, segundo André Ramos Tavares da expressão de um arranjo econômico inserido em um sistema, que possui preordenação jurídica, sendo esse sistema econômico ajustado por sua estrutura ordenadora. Tavares (2003, pp. 87-88) acredita que “toda norma jurídica que alcança estatura constitucional, que sofre um processo de constitucionalização, acaba por receber a influência de toda a sistemática constitucional”, não seria diferente com a Ordem Econômica, que acaba se integrando com a normatização vigente no ordenamento. Para ele, ainda que a intervenção do Estado tenha se mostrado inevitável, não se deve olvidar que toda abordagem estaria inserida no contexto constitucional, o que deve levar o leitor a cercar-se do arcabouço das leis constitucionais. A supremacia constitucional para Tavares (2003, pp. 87-88) estaria na Constituição Econômica e não na Ordem Econômica em si, segundo ele – “é a Constituição Econômica que constitui a ordem econômica [...] é a Constituição a norma máxima, que determina, delimita e legitima o restante do ordenamento” – contrapondo assim o doutrinamento de Vital Moreira (1974, p. 59), para quem a Ordem Econômica seria muito mais abrangente que a Constituição Econômica, por ser “constituída por todas as normas ou instituições jurídicas que têm por objeto as relações econômicas”, somente algumas normas, consideradas de caráter fundamental, portanto, constituiriam a Constituição Econômica.

Demonstrando assim sentido diverso daquele exposto por Grau (1990, pp. 77-80) ao denotar o fato de que na Constituição Federal de 1988, o ordenamento econômico (mundo do dever ser) não se esgota no documento constitucional, há artigos e incisos que apenas alcançam eficácia plena após a promulgação de leis

8. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 foi influenciada pela Constituição de Weimar de 1919, tendo sido a primeira Constituição nacional a aderir aos conceitos econômicos, como observou Marco Aurélio Peri Guedes (1998, pp. 114-115) quando menciona a inserção do Título IV: “Da Ordem Econômica e Social”.

infraconstitucionais, em que o documento constitucional aponta a necessidade de estabelecimento de leis que regulamentem tais artigos para que as disposições da ordem econômica (mundo do dever ser) se completem. A Ordem Econômica faria alusão à ordem jurídica (e não à ordem jurídica constitucional), e poderia contemplar atos que estivessem no mundo do dever ser, quanto os que estivessem no mundo do ser.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou demonstrar analiticamente a disputa entre duas esferas opostas em prol de concretizar seus ideais em torno de uma ideia de país. Há portanto a busca constante por desenhar um formato econômico e financeiro que seja condizente com a busca pelo lucro incessante, mas há ainda, por outro lado, a tentativa por irromper modelos de construção para o bem comum, que passasse pela formulação de ações que implicassem em garantir justiça social, o que somente poderia ser alcançado mediante intervenção estatal.

Ambos pensamentos colidiram na Ordem Econômica e Social Constitucional, o que implicaria no híbrido previamente descrito, já que nota-se em seu arcabouço, ao mesmo tempo, uma descrição notoriamente economicista e autônoma, no que se refere às garantias de empresários e corporações, mas também que redesenha o direito difuso e social dos cidadãos. A Constituição Federal de 1988 se tornou o principal encontro de convivência destas forças, que ainda nos dias atuais travam disputas para elevar as conquistas na letra da lei.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. **A escola do Rio**. Fundamentos políticos da nova economia brasileira. As origens ideológicas do Plano Real. São Paulo: Alfa Ômega, 1998.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, Série PNPE, n. 19, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988d. Capítulo I, Dos princípios gerais da atividade econômica. Art. 170. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

GRAU, E. R. **A ordem econômica na Constituição de 1988** (Interpretação e crítica). São Paulo: Malheiros Editores, 1990.

GUEDES, M. A. P. **Estado e ordem econômica e social**: a experiência constitucional da República de Weimar e a Constituição Brasileira de 1934. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

LOUREIRO, M. R. **Os economistas no governo**: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

MOREIRA, V. **Economia e Constituição**: para o conceito de Constituição econômica. Coimbra: Faculdade de Direito, 1974.

PREBISCH, R. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. CEPAL, **Estudio económico de la América Latina**, Introdução, E/CN. 12/89, 14 mai. 1949.

_____. *El falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetaria*. Boletín Económico de América Latina, Santiago, Chile, vol. VI, n. 1, mar. 1961. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/092.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2016.

RODRIGUEZ, O. *On the conception of the centre-periphery system*. **Revista da CEPAL**, Santiago, Chile, primeiro semestre de 1977.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. 16 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 1999.

TAVARES, A. R. **Direito Constitucional Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 32, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 100, 101, 102, 103, 109
Agrotóxicos 84, 89, 117
Ambiente institucional 20, 30, 135, 143, 144, 145

B

Bolsa de valores 179, 181, 182, 191, 192, 193

C

Competitividade 40, 43, 44, 84, 85, 86, 101, 102, 181
Constituição Federal 1, 12, 13, 14, 15
Crime 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178
Cultura organizacional 135, 138, 147, 148, 149, 151
Custo de Mensuração 17, 19
Custo de Transação 17, 19, 21, 30

D

Desenvolvimento Econômico 4, 7, 8, 49, 53, 65, 109, 135, 138, 142, 149, 150, 208

E

Economia Criativa 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 147, 149, 150, 151
Economy of Crime 153
Emissão de Co2 69
Enfermidades 121, 130, 132, 133
Estrutura de Capital 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 193, 194, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204
Estrutura de Governança 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 38

G

Generated Moment Method 153
Gestão participativa 104, 106, 111, 112, 113, 115, 116

I

Idosos 121, 122, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134
Infraestrutura 10, 49, 50, 51, 57, 59, 60, 62, 64, 66, 140
Inovação 34, 35, 36, 39, 42, 43, 44, 46, 48, 101, 114, 118, 135, 136, 138, 140, 141, 142,

144, 145, 146, 147, 149, 150, 151

Internacionalização de Empresas 135, 136, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 148, 149

Investimentos 6, 8, 30, 35, 45, 55, 59, 66, 84, 85, 90, 92, 93, 100, 101, 141, 145, 180, 182, 183, 184, 187, 188, 190, 192, 193, 198

L

Logit 121, 128, 130, 132, 133

M

Minas Gerais 34, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 134

N

Nacional-desenvolvimentismo 1

O

Oceanos 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 80

P

Pesca 69, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 106

R

Recurso hídrico 104, 105, 106, 110, 112, 117

Rizicultura 104, 112, 113

S

Structural Equations 153, 158, 159, 160, 162, 163, 174, 175

T

Teoria dependente-associada 1

Transporte 56, 57, 58, 60, 62, 63, 65, 70, 107, 179, 181, 182, 194, 196, 198, 200, 202, 204

V

Vale do Rio Doce 49, 50, 57, 58, 59, 61, 66, 67

 **Atena**
Editora

2 0 2 0